

**PROLETARIZAÇÃO TÉCNICA: AUTONOMIA E CONTROLE NO TRABALHO
DOCENTE DA EDUCAÇÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO**

Vanessa Filgueira Santos
Universidade Federal de São Paulo - Brasil
E-mail: vanessa.filgueira@gmail.com

Trabalho de natureza teórica

Esta pesquisa se insere no debate sobre o trabalho docente e políticas educacionais, integra as discussões realizadas em minha monografia apresentada para obtenção bacharelado em Ciências Sociais (UNIFESP-2014), e iniciação científica (UNIFESP-2013), e em pesquisas mais amplas, realizadas por grupo de estudo e pesquisas vinculado ao CNPq, ambas sob a supervisão do coordenador do grupo de pesquisa e orientador da monografia citada.

O objetivo do grupo foi o de contribuir para o debate acerca das relações de classe docente, adotando como base analítica suas condições de realização do trabalho frente às políticas públicas às quais estão submetidos. Para tanto, somada à discussão teórica elaboramos e realizamos uma pesquisa empírica de amostra representativa aplicada aos docentes das escolas estaduais e municipais da cidade de Guarulhos. Com a realização da pesquisa quantitativa esperávamos testar algumas proposições elaboradas durante os levantamentos bibliográficos e debates teóricos, já que transformamos as hipóteses oriundas da pesquisa bibliográfica em pressupostos que embasaram as questões, e por intermédio da qual examinamos e refletimos sobre a percepção docente no que se refere à sua situação de trabalho no nível das condições, processo e relações de trabalho, assim como no nível das disposições e aspectos ideológicos.

Desse modo, as informações obtidas junto aos docentes se deram por meio de questionários com amostra representativa. Tínhamos claro que os questionários nos permitiriam apontar apenas algumas tendências gerais no que se refere ao debate sobre as classes sociais e inserção de classe docente, além de permitir que os próprios sujeitos expusessem aspectos das condições em que realizam seu trabalho, de suas condições de vida, assim como suas representações ideológicas e atuação política.

A questão de pesquisa mais ampla diz respeito às posições e relações de classe dos docentes, desse modo, como uma aproximação ao problema o viés de análise aqui apresentado é o problema do controle externo ao trabalho docente. Analisamos as respostas dadas pelos professores a perguntas que incidiam sobre aspectos da autonomia e controle em seu processo de trabalho, pressupondo que um indício da proletarização seria o controle externo e a perda de autonomia. Argumentamos no sentido de buscar estabelecer os vínculos ou relações entre esses dois níveis do processo de trabalho, tendo como pressuposto a racionalização no trabalho, a padronização e a necessidade de políticas educacionais de controle para garantir a efetivação destes princípios.

Nesse sentido, dialogando com a problemática da pesquisa mais ampla, examinamos a questão da representação dos docentes no que se refere à manutenção ou perda da autonomia e controle que possuem em seu processo de trabalho, adotando como objeto específico de análise os professores da rede estadual atuantes na cidade de Guarulhos-SP.

Políticas educacionais e trabalho docente na rede estadual de São Paulo: o contexto da análise

A instituição escolar além de propagar o conhecimento socialmente produzido, é também o local de trabalho para grandes contingentes de trabalhadores. É, portanto plausível falar em processo de trabalho docente. Mas, diante da conexão entre as demandas econômicas e as formas e processos de trabalho, a instituição escolar enquanto local de trabalho, e o trabalho realizado pelo docente, também respondem a demandas externas à escola, e o examinamos levando em consideração sua subordinação às regras e tendências do mercado de trabalho, tais como a perda do controle e o aprofundamento da racionalização em seu processo de trabalho.

A racionalização no trabalho pode ser entendida como o emprego de métodos científicos de controle e organização tendo em vista a redução dos custos e o aumento da eficiência e da produtividade. Mas, além disso, também busca aprofundar a especialização das funções, ocasionando a separação



entre concepção e execução. Como método amplamente difundido, trouxe consequências como rotinização, controle, regulação, gestão externa ao trabalho e o parcelamento das etapas do trabalho.

Esses aspectos que são expressões da racionalização também podem ser verificados no trabalho realizado pelo docente. Assim procuramos expor de que maneira estes aspectos relacionados à racionalização, vêm à tona seja na elaboração e concepção do trabalho docente, seja em sua execução, impondo formas de controle ao ofício docente.

A bibliografia que tem feito este debate argumenta que existe uma tendência à racionalização do processo de trabalho docente, verificada por meio da inserção de uma série de políticas educacionais que visam determinar previamente como a aula deverá ser conduzida (APPLE, 1991; ENGUITA, 1991; OLIVEIRA, 2004; SOUZA, 2011).

Um importante elemento considerado nesta análise são as implicações das reformas do sistema econômico no trabalho docente. Conforme Oliveira (2004) a década de 1990 é marcada por transformações econômicas que trazem consequências para o campo educacional brasileiro, iniciando um novo contexto marcado pelas mudanças nos objetivos da educação, assim como em sua organização e função. Diante disso, o tema da precarização das relações de trabalho e da flexibilização chegam à esfera do trabalho na escola. Segundo a autora, tal mudança implica transformações substantivas na organização e na gestão da educação pública, e como resultado há uma reconfiguração das políticas públicas educacionais, que incidem na composição, estrutura e gestão das redes públicas de ensino, as quais trazem implicações para o trabalho docente, entre elas a perda da autonomia referente à concepção e organização do trabalho. Com isso:

Alteram a configuração das redes nos seus aspectos físicos e organizacionais e que têm se assentado nos conceitos de produtividade, eficácia, excelência e eficiência, importando, mais uma vez, das teorias administrativas as orientações para o campo pedagógico (OLIVEIRA, 2004, p. 1130).

Oliveira *et al.* (2002) caracterizam a década de 90 como *a década da*



reforma educacional, estas, por sua vez, abarcaram as formas de ensinar, de avaliar, de planejar e administrar a educação. Estas modificações na organização escolar alteram o conjunto do trabalho na escola, inserindo rotinas ou alterando aquelas já existentes, enfim requerendo novas metodologias profissionais.

Portanto, alterações na sociedade mais ampla têm acarretado mudanças no perfil da força de trabalho, e a configuração atual na organização do trabalho, propõe formas flexíveis e autônomas de organização e gestão do trabalho “permitindo maior adaptabilidade dos trabalhadores às situações novas, possibilitando a intensificação da exploração do trabalho” (OLIVEIRA, 2004, p. 1139). E uma vez que a escola e o trabalho docente respondem a demandas sociais, esta nova configuração também se verifica no trabalho do professor. Desse modo:

A constatação de que as mudanças mais recentes na organização escolar apontam para uma maior flexibilidade, tanto nas estruturas curriculares quanto nos processos de avaliação, corrobora a ideia de que estamos diante de novos padrões de organização também do trabalho escolar, exigentes de novo perfil de trabalhadores docentes (OLIVEIRA, 2004, p. 1129).

Podemos ponderar que tanto o trabalho em geral, quanto o trabalho docente, têm passado por alterações em suas relações e condições (evitar repetição de palavras). No que diz respeito ao contexto escolar, o trabalho docente têm sido reorganizado de modo a constituir novas dinâmicas escolares, entretanto, como estas mudanças não foram acompanhadas pelos ajustes necessários, segundo Dalila de Oliveira (2004) esse desajuste pode acarretar em “processos de precarização do trabalho docente” (OLIVEIRA, 2004, p. 1140).

A proposição é que as reformas educacionais mais recentes incidem sobre a organização escolar, e acarreta reorganização de todo o trabalho pedagógico. Aparecida Neri de Souza argumenta que esta reorganização tida como modernizadora, implanta a precarização para o trabalho em educação.

Assim, para além do que é essencial ao trabalho docente, hoje ele está



imerso na submissão dos professores à lógica de mercado, à flexibilização e à instabilidade do trabalho por meio dos contratos temporários, à perda de autonomia, ao controle de seu processo de trabalho por meio de avaliações externas e de desempenho, a individualização e a responsabilização. Conforme Souza:

Os professores são confrontados com exigências cada vez maiores em seu trabalho [...] Submissão da escola e seus professores às injunções da responsabilização, racionalização de práticas e avaliação de resultados; contratualização dos objetivos educativos e desenvolvimento do gerencialismo participativo; individualização das carreiras dos professores (mediante a avaliação de mérito e pagamento por bônus); além da degradação dos salários e da desvalorização social da profissão (SOUZA, 2011, p. 14).

Este montante de reformas teve como consequência transformações na organização e na gestão da educação pública, incidindo na composição, estrutura e gestão das redes públicas de ensino, acarretando o aumento do controle e a fragmentação da autonomia referente à concepção e organização do processo de trabalho dos professores.

A contextualização das políticas educacionais ajuda a fundamentar o debate sobre o trabalho docente, permitindo verificar e apontar as interferências que esta relação acarreta nos sistema de ensino e nas formas de realização do trabalho. Desse modo, se coloca a necessidade de retomar a bibliografia que tratou do tema da autonomia e do controle externo no processo de trabalho docente. Pois, ainda que se mova por caminhos distintos, mas permite agregar importantes elementos ao debate.

O debate sobre autonomia e controle no trabalho docente

Entendemos que as formas organizativas e os modos de controle são dimensões importantes para compreendermos a profissão docente, assim como também são elementos que auxiliam na compreensão dos vínculos que vão sendo construídos entre o controle exercido pelas instituições e a autonomia docente frente a esse controle.

Enguita (1991) discute a autonomia docente em seu processo de



trabalho e argumenta que a prescrição de especificações detalhadas para os programas de ensino por meio de determinações do Estado faz com que o docente perca “progressivamente a capacidade de decidir qual será o resultado de seu trabalho, pois este já lhe chega previamente estabelecido em forma de disciplinas, horários, programas, normas de avaliação, etc.” (ENQUITA, 1991, p.47).

Essa movimentação, segundo o autor, pode fazer com que o docente perca o controle sobre as etapas que constituem seu processo de trabalho, acarretando na oscilação da autonomia que detém no ofício que executa. Contudo, expõe que mesmo que exista uma tendência à perda de controle sobre os diversos processos de trabalho que integram a produção na sociedade capitalista, entende que os docentes tanto resistem por meio da tentativa de conservar sua autonomia, quanto se submetem ao arbítrio dos empregadores e do aparelho estatal, e por isso estariam a meio termo entre a manutenção da autonomia e a perda do controle.

Michael Apple (1989, 1991) analisa as transformações no ofício de ensinar, oriundas de um processo que têm levado à racionalização no trabalho, o que acarretaria em trabalhadores desqualificados, e que teriam sua autonomia extinta. A argumentação de Apple é que as transformações que se deram no mundo do trabalho em geral alcançaram o trabalho docente, separando a concepção da execução no processo de trabalho.

Contudo o autor esclarece que ainda que racionalização e controle dos aspectos do trabalho ocasionem efeitos semelhantes aonde quer que seja introduzido, na escola seu controle não é tão bem sucedido, e nem se dá de modo idêntico, “mas, em longo prazo, isso pode levar a que se desacredite que professores possam organizar seu próprio trabalho” (APPLE, 1989, p. 168). O autor parece indicar que os professores sofrem e aceitam esse controle, mas também é possível encontrar as resistências. Contudo, salienta que este espaço para subversão é limitado, pois “as condições internas fazem com que essas resistências abertas sejam muito difíceis de serem efetivadas” (APPLE, 1989, p.170).

Desse modo, enquanto para alguns autores a perda de autonomia do



docente em seu processo de trabalho é difícil de ser enfrentada (Apple 1989, 1991), para outros a manutenção da autonomia está a meio termo, pois avaliam que a capacidade que as funções possuem de resistir ou ceder às modificações impostas pela divisão do trabalho é algo que pode determinar a perda ou a manutenção de sua autonomia, e entendem que o trabalho docente por sua especificidade resiste a tais modificações, mantendo com isso sua autonomia (ENGUIA, 1991).

Outra análise pode ser encontrada na exposição feita por Marta Jiménez Jáen (1991). A autora afirma que a racionalização e a degradação das condições de trabalho não acarretariam apenas a perda de controle sobre o processo de trabalho e a perda da autonomia, pois entende que o controle ao trabalho pode variar em função dos métodos, mas também em função das decisões, que seriam controladas pela administração. Com isso, analisa esse processo por meio do conceito de proletarização, dividindo-os em proletarização em “técnica” e “ideológica”. E, enquanto a proletarização técnica se relaciona ao controle dos modos de realizar o trabalho, a proletarização ideológica seria aquela atrelada ao controle sobre a finalidade do trabalho, associada, portanto, a “perda do controle sobre os fins e os propósitos sociais aos quais se dirige o trabalho” (DERBER *apud* JÁEN, 1991, p.77).

Argumenta que ao perder o controle, os trabalhadores podem se adaptar a esta situação por meio de duas estratégias: na primeira delas, a “desensibilização ideológica”, a área em que o controle foi perdido é tida como secundária, e, pode, portanto, nem ser considerada já que seria facilmente descartada. Na segunda delas, a “cooptação ideológica”, seria uma redefinição do intuito do trabalho, cujo objetivo é adequar o trabalho à finalidade almejada pelo empregador. Essa linha argumentativa já pressupõe a ausência de autonomia, e a partir disso, as possibilidades de estratégias adotadas.

Ambas as argumentações dialogam com as características atuais do trabalho docente, mas acreditamos que é necessário trazer para o debate as políticas educacionais às quais os sujeitos dessa pesquisa estão submetidos, assim nossa reflexão pode dialogar diretamente com o problema da autonomia e do controle frente à especificidade do trabalho docente na rede estadual de

São Paulo.

Pois bem, em 2007, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) estabeleceu a unificação curricular para todas as escolas da rede estadual, por meio do programa *São Paulo Faz Escola*. Assim, o sistema de ensino foi reorganizado, o currículo reestruturado, e a organização didática nas escolas remodelada pela prescrição de procedimentos pedagógicos. Segundo a própria secretaria seu objetivo era a melhoria na qualidade da educação, diante do baixo desempenho dos alunos da rede estadual de ensino nas avaliações externas.

Sua consequência é uma padronização de procedimentos, cujo intuito é que o resultado se dê da maneira como foi racionalmente planejado pelos especialistas, cabendo ao professor à tarefa de executar na sala de aula os planejamentos e possibilidades de aula pensadas anteriormente, em um contexto fora tanto da sala de aula quanto da escola. Isso por que:

O Currículo se completa com um conjunto de documentos dirigidos especialmente aos professores e aos alunos: os Cadernos do Professor e do Aluno, organizados por disciplina/série (ano) /bimestre. Neles, são apresentadas Situações de Aprendizagem para orientar o trabalho do professor no ensino dos conteúdos disciplinares específicos e a aprendizagem dos alunos. Esses conteúdos, habilidades e competências são organizados por série/ano e acompanhados de orientações para a gestão da aprendizagem em sala de aula e para a avaliação e a recuperação. Oferecem também sugestões de métodos e estratégias de trabalho para as aulas, experimentações, projetos coletivos, atividades extraclasses e estudos interdisciplinares (SEE-SP, 2011, p. 8).

Visando um objetivo pré-determinado, assim como modelos de avaliação externa e o fortalecimento da hierarquização do trabalho, estes materiais indicam modos organizativos da aula, e os professores são orientados a segui-los. Com isso, o programa *São Paulo Faz Escola* estabelece “o que ensinar” e também uniformiza seus modos de fazer quando estabelece “como ensinar”. Desse modo, podemos entendê-lo como um exemplo de políticas que visam impulsionar fazeres pedagógicos baseados na repetição, insinuando aumento de controle das instancias administrativas sobre o processo de trabalho

docente.

Portanto, o controle sobre o processo de trabalho docente pode ser percebido pela inserção de normas e padrões que devem ser seguidos, e a monitoração destas por meio da autoridade existente e legitimada via avaliação externa. E, a confirmação deste controle permite afirmar a ocorrência de diminuição, ou ao menos a interferência, na autonomia dos professores. Nesse sentido, parece plausível afirmar: quanto mais controle, menos a autonomia.

Como pudemos ver o processo de trabalho no interior das escolas não está imune à lógica do sistema capitalista, e no caso do ofício docente o controle se dá por meio da limitação de sua participação nas etapas da aula, por exemplo, por meio da adoção de livros didáticos, da inserção de especialistas e da fragmentação do trabalho. De um modo geral por meio de políticas públicas voltadas basicamente para essa finalidade, tais como as políticas educacionais do estado de São Paulo, que oferecem diretrizes gerais para a atividade docente, embasadas pela ideia da racionalização, que no trabalho docente se expressa por meio da separação entre a concepção e a execução da aula.

Como apresentamos, uma das formas de proletarização é a ausência do controle sobre as etapas que constituem um processo de trabalho. Nesse sentido, acreditamos que este processo não se dá sem resistência ao controle externo, podendo existir a manutenção de sua autonomia nos processos de trabalho, ou seja, mesmo diante deste contexto pode-se comprovar essa resistência. Como afirma Hypólito: “o controle sobre o trabalho do professor, a perda de autonomia pedagógica, a fragmentação do trabalho não são fatores que se desenvolvem tranquilamente, pois o professor luta para não perder a autonomia, para não ser controlado e busca formas de superar a fragmentação do trabalho.” (HYPÓLITO, 1991, p. 10-11). Assim, examinaremos em nosso próximo passo argumentativo a percepção dos docentes da rede estadual paulista com relação à autonomia e ao controle externo em seu processo de trabalho.



Trabalho docente e percepção de professores sobre autonomia e controle

As tabelas expostas a seguir correspondem às respostas dadas por professores das escolas estaduais de ensino de São Paulo que atuam na cidade de Guarulhos. Realizamos uma quantidade de questionários que configurou uma amostra representativa, cujo objetivo era formar um banco de dados que contemplasse condições de vida e trabalho, atuação política e representações ideológicas dos docentes atuantes na cidade de Guarulhos, nas redes estadual e municipal.

Contudo, o recorte proposto teve como foco a percepção de professores que atuam na rede pública estadual paulista – atuantes na cidade de Guarulhos – no que se refere à autonomia e controle do processo de trabalho. Nosso objetivo foi o de problematizar as relações entre racionalização, autonomia e controle em face das políticas educacionais que pretendem consolidar formas de realização do trabalho docente, padronizando-o.

Iniciaremos apresentando alguns dados¹ referentes à amostragem dos respondentes, em seguida apresentaremos algumas circunstâncias de execução do trabalho docente, e por fim apresentaremos as suas impressões a respeito do trabalho que executam com relação à autonomia e ao controle a que estão submetidos em seu processo de trabalho.

TABELA 01		
DISTRIBUIÇÃO QUANTO A REDE DE ENSINO DE ATUAÇÃO		
Rede municipal de Guarulhos	238	39,21%
Rede Estadual de São Paulo	347	57,17%
Particular	05	0,82%
NI/Outros	17	2,80%

Fonte: adaptação própria a partir das tabelas elaboradas no âmbito do Grupo de Pesquisa, e em pesquisa de monografia realizada no período de 2012/2013.

Como vemos na tabela 01 foram aplicados 607 questionários. Destes, 238 eram professores da rede Municipal, e 347 eram professores da rede

¹ As tabelas apresentadas foram elaboradas durante a realização da pesquisa de Iniciação científica e monografia, na qual participei como pesquisadora bolsista.



estadual de ensino de São Paulo. Proporcionalmente 39,21% atuam na rede municipal enquanto 57,17% atuam na rede estadual. Desse modo, sendo nosso objeto de estudo os docentes de rede estadual, as tabelas e análises subsequentes se referem às respostas de 347 professores.

TABELA 02		
DISTRIBUIÇÃO QUANTO AO SEXO (REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO)		
Feminino	497	81,88%
Masculino	109	17,96%
NI	01	0,16%

Fonte: adaptação própria a partir das tabelas elaboradas no âmbito do Grupo de Pesquisa, e em pesquisa de monografia realizada no período de 2012/2013.

Estes dados confirmam o que a bibliografia sobre o tema nos diz: a grande maioria daqueles que compõe o trabalho docente são mulheres. Assim enquanto apenas 17,96% é composta por homens, 81,88% são de mulheres.

TABELA 03	
TIPO DE VÍNCULO DE TRABALHO (REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO)	
Efetivo	49,9%
Temporario	47,6%
NI	2,6%

Fonte: adaptação própria a partir das tabelas elaboradas no âmbito do Grupo de Pesquisa, e em pesquisa de monografia realizada no período de 2012/2013.

Outro aspecto importante a ser levado em consideração é o tipo de vínculo de trabalho a que estes professores estão sujeitos. Podemos observar que na rede estadual paulista professores efetivos e temporários se aproxima em proporção, o que reforça as teses da precarização e flexibilização do trabalho docente.

Depois de retomar o contexto das políticas públicas educacionais que oferecem diretrizes gerais para a atividade docente no estado de São Paulo,



podemos interpretar criticamente os dados a luz de nosso problema e a hipótese de pesquisa.

TABELA 04

PERCEPÇÃO DOCENTE (REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO) ACERCA DA INTERFERÊNCIA DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS NAS ATIVIDADES QUE INTEGRAM SEU TRABALHO PEDAGÓGICO (%)				
Grau de interferência				
Instância Administrativa	Não informado	Nenhuma/Pouca	Razoável	Muita/Total
Interferência do Governo	2,88	20,74	24,78	51,30
Interferência da Diretoria	2,31	29,39	39,77	28,24
Interferência da Coordenação pedagógica	3,46	25,94	38,33	31,99

Fonte: adaptação própria a partir das tabelas elaboradas no âmbito do Grupo de Pesquisa, e em pesquisa de monografia realizada no período de 2012/2013.

A tabela acima reúne dados sobre a questão da percepção docente – professores do estado de São Paulo – com relação às interferências que governo, diretores ou coordenação de escola exercem sobre o trabalho que executam. A pergunta feita aos docentes foi: “Como você avalia a interferência que os seguintes sujeitos exercem o seu trabalho: a) Governo (MEC, secretaria Estadual e Municipal), b) Diretoria da escola, c) Coordenação pedagógica”.

Quando questionados sobre a interferência do governo em seu processo de trabalho, 51,30% dos docentes afirmaram que o governo interfere muito ou totalmente em seu trabalho. Importante observar que a percepção com relação à interferência da direção e coordenação, ainda que seja menor do que percepção com relação à interferência do governo é ainda relevante.

Podemos afirmar que as ações estipuladas pelo *São Paulo Faz Escola* têm relação direta com os dados da tabela 03, já que nela se evidencia que os docentes também percebem esse controle por meio da interferência dos governos, diretoria e coordenação da escola. Na bibliografia essa tendência também é constatada (APPLE, 1989, 1991; SOUZA, 2002; OLIVEIRA, 2004).

Vejamos, no texto de apresentação do currículo do Estado de São Paulo



(2011) está exposto que seu objetivo era “apoiar o trabalho realizado nas escolas estaduais e contribuir para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos” (SEE-SP, 2011, p.7). Esse objetivo se daria por meio da unificação curricular das escolas da rede pública estadual, e para isso, professores e alunos receberam o mesmo material. E, no ano de 2010 todo o acervo do Programa São Paulo Faz Escola foi reunido em um site com “roteiros com sugestões de atividades que estão disponíveis para todos os professores, coordenadores e docentes da rede estadual paulista.”

Nesse sentido, a interferência proposta pela SEE por meio de sua política educacional prevista no *São Paulo faz escola*, é sentida pelos docentes na realização de seu trabalho. Desse modo, a determinação pela gestão pública das propostas curriculares evidencia a tentativa de uma organização rígida do arranjo da aula. Esta, por sua vez impõe o aprofundamento do controle técnico no trabalho docente já que um impulsiona fazer pedagógico baseado na repetição, e principalmente fundamentado em sua uniformização. Ora, a utilização desses materiais prescrevem modos organizativos da aula, os quais devem ser seguidos pelo professor, visando um objetivo pré-determinado, assim como modelos de avaliação externa e o fortalecimento da hierarquização do trabalho. Com isso a intervenção planejada se confirma na percepção dos docentes.

Pois bem, nosso intuito era analisar as relações entre autonomia e controle frente à racionalização do trabalho docente proposto pelas políticas educacionais. Como vimos, os docentes percebem a interferência externa ao seu trabalho, nos cabe, portanto verificar como percebem a autonomia que possuem em seu trabalho diante desse controle.

A tabela abaixo reúne dados sobre a percepção docente acerca da autonomia que possuem em algumas etapas de seu trabalho. A pergunta feita aos professores foi: “Como você avalia a sua autonomia no trabalho para a tomada de decisões em relação aos seguintes aspectos: a) Definição da metodologia de ensino, b) Escolha (ou não utilização) de material de didático, c) Seleção de conteúdos das aulas, d) Definição das atividades pedagógicas, e) Avaliação dos alunos, e f) Planejamento escolar”.

TABELA 05

PERCEPÇÃO DOCENTE (REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO) ACERCA DA AUTONOMIA NAS ATIVIDADES QUE INTEGRAM SEU TRABALHO PEDAGÓGICO (%)				
Atividade pedagógica	Grau de autonomia			
	Nenhuma/Pouca	Razoável	Muita/Total	Total
Definir metodologia de ensino	3,46	15,85	31,12	49,28
Seleção de conteúdos das aulas	4,03	13,54	30,26	51,88
Escolha do material didático	4,32	16,42	32,85	45,82
Definir atividades pedagógicas	4,32	13,26	32,56	68,87
Avaliar os alunos	4,32	12,97	23,92	58,50
Planejamento escolar	4,03	14,99	38,90	41,79

Fonte: adaptação própria a partir das tabelas elaboradas no âmbito do Grupo de Pesquisa, e em pesquisa de monografia realizada no período de 2012/2013.

A análise descritiva dos dados nos permite inferir que os docentes se veem com elevada autonomia, ficando acima dos 45% a percepção de que tem muita ou total autonomia em todos os níveis contemplados pela pesquisa. Aqui nos focaremos em três destas atividades pedagógicas por entendermos que são as que dialogam diretamente com nosso programa de pesquisa proposto. São elas: “definir metodologia de ensino”, “seleção de conteúdos das aulas”, e “definição das atividades pedagógicas”.

Quando questionados sobre a autonomia que possuem para selecionar os conteúdos das aulas 51,88% professores da rede de ensino estadual afirmam ter muita ou total autonomia. Nos itens autonomia para definir atividades pedagógicas e definir metodologia de ensino, 68,87% 49,28%, respectivamente, afirmam ter muita ou total autonomia.

Pois bem, a maior parte dos docentes pesquisados afirmou que seu trabalho sofre muita ou total interferência do governo, é, portanto uma proeminente interferência externa ao trabalho. Entendemos que essa percepção de interferência pode ser traduzida em controle, e, portanto, podemos afirmar que os docentes percebem o controle técnico a que estão

submetidos. Entretanto, também a maior parte dos pesquisados afirmar possuir elevada autonomia em todos os itens pesquisados.

Interessante observar que os dados obtidos, de certo modo, negam as hipóteses elencadas. Supúnhamos que quanto menor o controle externo maior a autonomia dos professores em seu processo de trabalho. Contudo, os resultados obtidos nos colocam que em seu processo de trabalho os professores da rede estadual convivem com elevado controle e elevada autonomia. Esses dados não possibilitam respostas diretas aos questionamentos com relação à autonomia e controle do processo de trabalho, e nos obrigam, portanto, a realocar as considerações.

A partir da recuperação do debate, percebemos que muitos autores têm anunciado a perda de autonomia como uma consequência do controle externo. Mas quando analisamos os dados obtidos por meio da tabela 1-Percepção docente (rede estadual de São Paulo) acerca da interferência das instâncias administrativas nas atividades que integram seu trabalho pedagógico temos que os docentes percebem o controle externo ao seu trabalho, no entanto, ao contrapor esses dados com a tabela 2, temos que apesar da interferência constatada, os docentes não veem sua autonomia diminuída. Há, portanto, uma incongruência entre o que diz a bibliografia e a resposta obtida na pesquisa empírica restrita ao Estado de São Paulo nos anos de 2012/2013, isso porque ao tentarmos compreender e contrapor os resultados obtidos por meio das duas tabelas expostas, imediatamente nos sobressai algumas questões: quando observamos a tabela 2, percebemos uma incoerência quando em perspectiva a tabela 1, pois os dados obtidos revelam que ainda que os docentes percebam a interferência externa, não reconhecem a ausência de autonomia em seu trabalho.

Ora, por meio da análise das percepções que os docentes fazem de seu processo de trabalho, tínhamos o objetivo de compreender as conexões instituídas entre a autonomia e o controle dos professores da rede estadual de São Paulo, frente às tentativas de controle externo ao seu processo de trabalho capitaneadas pelas políticas educacionais. Como resultado obtivemos que apesar de os professores sentirem a interferência externa ao seu trabalho,



sentem que preservam sua autonomia. A partir desse resultado nos cabe questionar: se a política educacional tem obtido sucesso em sua pretensão de consolidar formas de realização do trabalho, padronizando-o, por que os professores mesmo identificando esse controle, afirmam ter autonomia?

Vejamos, nossa discussão foi fundamentada pela tese de autores de autores que já reconhecem no trabalho docente formas de controle externo. E com o objetivo de demonstrar essa conjuntura na rede de ensino do estado de São Paulo, apresentamos e examinamos o programa “*São Paulo Faz Escola*”. Nele pudemos identificar os elementos que impõem aos trabalhadores em educação formas de controle e a racionalidade técnica, e a partir disso, pudemos debater também a questão de sua autonomia.

Cabe lembrar que o controle aqui é entendido como a prescrição do Estado no que refere às práticas e políticas públicas relacionadas às atividades docentes. Já a autonomia docente é entendida como a possibilidade de decidir livremente sobre o seu saber fazer pedagógico, dominando as etapas que constituem o processo pedagógico, e possibilitando avaliar criticamente as políticas públicas e o discurso oficial sobre seu trabalho. Na pesquisa buscamos a relação entre controle e autonomia, e em vista disso, adotamos a hipótese de que maior controle estatal pode ocasionar menor autonomia. Mas, do ponto de vista dos professores, não é isso que ocorre, como verificado.

Quando analisaram este mesmo processo no contexto americano Apple e Teitelbaun (1991) observaram que mesmo com todo o controle externo, ainda era possível aos docentes um nível no qual tem margem para decidir algo, mas que estas se tornavam sem sentido diante de mecanismos que os obrigavam a atuar e ensinar de determinada maneira, tais como as avaliações externas a que os docentes são submetidos. O contexto nacional para o trabalho docente guarda diferenças em relação ao contexto exposto pelos autores, mas também permite aproximações, já que por meio de seus sistemas educacionais os Estados têm submetido o trabalho docente a regulamentações que indicam conteúdos e determinam métodos que são testados justamente por meio dos resultados dessas avaliações.

Uma possibilidade de análise pode ser encontrada no trabalho Apple e



Apple (1989) e Apple e Teitelbaun (1991) Quando expõem que quando o docente perde, mesmo que só parcialmente, o controle sobre seu processo de trabalho, ocasionando a perda de autonomia, este movimento pode ser considerado como um processo de desqualificação. Pois, uma vez que as habilidades de planejar e controlar seu trabalho não são mais necessários diante da centralização, racionalização e padronização, esse processo levaria o docente a perder a noção do que é essencial ao seu trabalho. Para o caso específico de nossa análise isso poderia significar uma compreensão diversa de autonomia ou controle, ou ainda a incompreensão do que viria a ser o controle ou a autonomia diante de um processo de trabalho que eles já desconhecem.

Também se pode entender, concordando com Jáen (1991) que ao perder o controle, os trabalhadores se adaptam a esta situação por meio de duas “estratégias”: na primeira delas, a “desensibilização ideológica”, a área em que o controle foi perdido é tida como secundária, e, pode, portanto, nem ser considerada já que seria facilmente descartada. Na segunda delas, a “cooptação ideológica”, seria uma redefinição do intuito do trabalho, cujo objetivo é adequar o trabalho à finalidade almejada pelo empregador. Ora, é possível que a “desensibilização ideológica” seja uma solução para a elevada autonomia afirmada pelos docentes em relação às etapas de seu trabalho, sob outra perspectiva a “cooptação ideológica” também pode ocasionar a junção de elevada interferência à elevada autonomia.

A questão da proletarização ideológica, também foi posta por Donaire (2010). Segundo o autor, entre os professores este tipo de proletarização se desenvolveria na forma de perda de controle sobre os objetivos e as finalidades sociais para as quais o trabalho em si é orientado e na perda do sentido ético e de desorientação ideológica, que poderia assumir a forma de defesa dos privilégios que gozaram historicamente como trabalhadores intelectuais contra os outros trabalhadores. Afirma ainda que essa perda de controle não causaria descontentamento, mas uma acomodação, o que nesta análise, poderia explicar a satisfação com relação à autonomia no trabalho exposta nas respostas dos docentes estadual.

Entretanto, é importante que as análises ponderem sobre os aspectos de que realmente o professor é excluído pelo controle técnico. Isso porque o trabalho docente sempre leva em conta as adaptações necessárias ao trato com aquele conjunto de alunos específicos, e isso oferece um limite à padronização, ao controle, e também a deterioração completa de sua autonomia. Portanto, a perda de controle dos docentes sobre seu trabalho, não lhes coloca em igualdade aos operários, pois existem barreiras que os impedem de adentrar completamente a proletarização técnica.

Na investigação realizada essa prerrogativa foi levada em consideração e diante da conjuntura que analisamos, assim como a percepção dos próprios docentes, pudemos constatar que tem sido infligido aos docentes o controle técnico de seu trabalho. Nesse sentido, a percepção que os docentes possuem de sua elevada autonomia, pode ser um indício desses limites ao controle elencados acima. Em contrapartida, esse mesmo contexto também pode oferecer indícios de que é possível e necessário ir além do debate da proletarização técnica, procurando evidências de sua manifestação talvez sob os aspectos citados de proletarização ideológica.

Contudo, para além destas possibilidades de análise, se as regulamentações educacionais que determinam as formas de controle do trabalho docente são fatos consolidados nos sistemas de ensino brasileiro, é preciso questionar como os professores entendem ou problematizam a questão da autonomia no trabalho. Nesse sentido, coloca-se o imperativo de problematizar o sentido que a palavra autonomia assume para os docentes no que se refere ao seu processo de trabalho. Isso por que a expressão autonomia pode significar compromisso ou poder, mas inserida em um processo que o professor é apenas uma peça de um sistema mais amplo, e do qual ele ignora o funcionamento, ou ainda, a emancipação que permitiria ao docente o conhecimento crítico sobre sua profissão e sobre as condições de seu exercício, e também controle de alguns níveis de seu processo de trabalho.

A relação entre autonomia e controle, se trata de uma correlação de forças, pois se existe por parte do Estado a imposição de controle externo por meio das políticas públicas voltadas para educação, igualmente existe por



parte dos docentes uma resistência a essa perda de autonomia no trabalho.

Não obstante, é importante salientar novamente que as respostas à enquete se constituem como uma primeira aproximação a esse tema, e de qualquer modo a descrição pura e simples das respostas dadas pelos professores não parece ter coerência mesmo se tratando de suas impressões e percepções. Daí a necessidade de decompô-las a luz das teses de nossos autores.

Considerações finais

Ao iniciar essa pesquisa indagávamos: Os processos de racionalização e controle externo têm ocasionado a proletarização técnica dos docentes da rede estadual Paulista e a sua perda de autonomia?

Tínhamos como pressuposto que uma evidência de um processo de proletarização seria a perda do controle nas etapas do processo de trabalho. E, diante da tendência à racionalização e conseqüentemente ao aprofundamento das formas de controle nos diversos processos de trabalho, queríamos verificar se havia este mesmo movimento aplicado ao trabalho docente.

Assim observamos o problema da racionalização e do controle do processo de trabalho docente por meio da inserção de materiais e programas curriculares, tal como o programa “São Paulo Faz Escola” da SEE-SP que como analisamos visa racionalizar e controlar o trabalho de docentes da rede estadual paulista de ensino. Entendíamos que a manutenção do controle docente em seu processo de trabalho poderia significar o distanciamento dos processos de proletarização. Mas, a incidência do controle externo, por sua vez, poderia acarretar a perda da autonomia, significando tanto a proletarização, quanto a proletarização técnica, ou seja, a ausência do controle sobre o processo de trabalho.

Pois bem, ao analisar de forma mais focada o processo de trabalho docente na rede pública do estado de São Paulo, verificamos que as regulamentações educacionais influenciam fortemente os docentes na realização de seu trabalho, já que estabelecem métodos e conteúdos, e por meio das avaliações externas vão coagindo professores a seguir as



prescrições. E, por meio da pesquisa empírica constatamos que ao contrário do que supúnhamos autonomia e controle não se davam em uma relação de oposição, e que essa relação não é algo simples de ser analisado, já que lá os docentes afirmam ter simultaneamente muita autonomia e muito controle.

Com relação à problematização da autonomia anunciada frente ao controle técnico do trabalho, consideramos que o professor na execução de seu trabalho não está totalmente apartado das tarefas de concepção que permeiam seu ofício. Pois, por mais que a racionalização e o controle técnico estejam aprofundados e se constituam como uma realidade na rede pública de ensino do estado de São Paulo, o trabalho do professor tem especificidades que impedem essa cisão se complete, tais como o fato de que sua prática cotidiana só se materializa quando em contato com pessoas, que por sua vez, podem ou não reagir das maneiras previstas pelos materiais impostos. E é o professor quem deverá no contexto da sala de aula e independente do material curricular imposto, pensar e conceber sua aula.

Estas circunstâncias demarcam limites ao controle, e garantem, ainda que limitadamente, espaço de autonomia, contudo, percebemos também que esse espaço fica cada vez mais restrito, isso por que a ampliação do controle técnico no trabalho docente ocasiona a tendência à separação entre concepção e execução, o que conforme nosso pressuposto acarretaria em processo de proletarização. Portanto, percebemos no trabalho docente uma posição ambígua entre a autonomia e o controle.

Desse modo, a incongruência entre o que diz a bibliografia e as respostas obtidas na pesquisa empírica restrita ao Estado de São Paulo (2012/2013), se coloca a necessidade de aprofundar a busca pela compreensão das conexões instituídas entre a autonomia e o controle dos professores da rede estadual de São Paulo, frente às tentativas de controle externo ao seu processo de trabalho buscando novos modos de compreender o objeto e o problema destacado, analisando as representações que os professores fazem desse processo de forma mais aproximada, buscando responder por que apesar de sentirem a interferência externa ao seu trabalho, os docentes sentem que preservam sua autonomia.

Nesta aproximação duas perspectivas analíticas se abrem: 1- O controle técnico aplicado ao trabalho docente não se efetiva, e por isso os professores não só possuem, mas percebem sua autonomia; 2- O controle existe e se efetiva, mas os docentes se amparam em outras concepções do que viria a ser autonomia e por isso não percebem o controle.

Por fim, diante da correlação de forças histórica entre trabalhadores e o capital, cabe repensar o sentido que a autonomia assume para ambos, ou ainda, o sentido adquirido pelo próprio conhecimento. Como nos diz Michael Apple:

O capital apropriar-se do conhecimento é uma coisa; monopolizá-lo é bem outra coisa. [...] Ao invés de uma separação entre concepção e execução, vemos uma separação entre a concepção do capital e a concepção dos trabalhadores, entre o conhecimento dos trabalhadores e o conhecimento do capital (APPLE, 1989, p. 88).

É necessário, portanto colocar o debate, frente à possibilidade de sobreposição entre controle técnico e autonomia, e a resultante desse enfrentamento.

Referências

APPLE, M. W. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

APPLE, M.; KENNETH, T. Está o professorado perdendo o controle de suas qualificações e do currículo? **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 62-73, 1991.

DONAIRE, R. “La posición social de los docentes: una aproximación a partir del estudio de los docentes de la ciudad de Buenos Aires”. **Revista de Educação PUC- Campinas**, Campinas, n. 28, p. 113-129, jan./jul. 2010.

ENGUITA, M. F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarianização. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 41-61, 1991.

HYPÓLITO, Á. M. **Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise**, 1997.

HYPÓLITO, Á. M. **Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise**. **Teoria & Educação**, Porto Alegre: Pannonica, n. 4, 1991.



ReLePe



**I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educativa
II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação**

6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

JÁEN, M. J. Os docentes e a racionalização do trabalho em educação: Elementos para uma crítica da teoria da proletarização dos docentes. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n.4, p.74-90, 1991.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias**. Coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli. 1. ed. atual. São Paulo: SE, 2011. 152 p.

SÃO PAULO (Estado). **Caderno do Gestor: gestão do currículo na escola**. São Paulo: SEE, 2008.

SÃO PAULO (Estado). **Proposta Curricular do Estado de São Paulo**. São Paulo faz escola.

SOUZA, A. N. "A racionalidade econômica na política educacional em São Paulo". **Pro-Posições**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 105-130. 2002.